DESAFIOS JURÍDICOS PARA REGULAR USO

Conexão entre mundo real e virtual traz questões em relação à defesa do consumidor e relações trabalhistas, mas há preocupação em não inibir inovações

O metaverso – ambiente virtual em 3D onde as pessoas convivem representadas por avatares – começa a se tornar uma realidade em vários setores da economia. Dentro do universo jurídico, escritórios já fazem reuniões neste ambiente e, no Judiciário, a Justiça Federal na Paraíba realizou recentemente a primeira audiência real do Brasil em um ambiente virtual imersivo e hiper-realista. Tratou-se de uma sessão conciliatória em que as partes, representadas pelos respectivos avatares customizados em 3D, firmaram um acordo, pondo fim a um processo que tramitava desde 2018. A primeira audiência no metaverso mostra que não há barreiras para o uso deste ambiente virtual. No entanto, ainda há muitas dúvidas quanto às questões jurídicas que podem fazer parte desta inovação.

"A conexão entre o mundo real e o virtual resulta em situações jurídicas inéditas, que terão de ser analisadas e interpretadas pelos advogados", afirma o advogado Gustavo Viseu, do escritório Viseu Advogados. Para ele, será um desafio para os operadores do direito e para o Judiciário enquadrarem as leis atuais às novas situações do metaverso. "Provavelmente surgirão normas e regulações específicas para fatos e circunstâncias do metaverso que não foram previstas pelo legislador. Haverá também regras impostas pelas empresas que operam o metaverso. Essa regulação pública e privada, em diferentes jurisdições, aumenta a complexidade e pode dificultar a aplicabilidade do direito e provocar conflitos", considera.

A advogada Patrícia Helena Marta, sócia do escritório TozziniFreire, considera que há vários desafios jurídicos, mas avalia que é importante regular somente quando se

DAVILYM DOURADO / VALOR



Viseu, advogado: situações jurídicas inéditas, que terão de ser analisadas